

QUALIDADE DA ESCOLA: UMA PROPOSTA DE ÍNDICE PARA AS CONDIÇÕES MATERIAIS DE ESCOLAS A PARTIR DE DADOS CONTEXTUAIS DO SAEB.

Gabriela Schneider – NUPE/UFPR

gabrielaufpr@hotmail.com

Andréa Barbosa Gouveia – NUPE/UFPR

andreabg@ufpr.br

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa que visa construir instrumentos para avaliação da política educacional. Uma das dimensões refere-se às condições materiais da escola, tendo como fonte o questionário contextual do SAEB/2003. A descrição das escolas paranaenses públicas revela que estas tinham boas condições, em geral, com forte diferença entre as localizadas na zona urbana e rural. Comparando o ICME e resultados de proficiência dos alunos, constatou-se uma tendência de que as maiores proficiências sejam de alunos em escolas com os maiores ICME.

Um dos grandes desafios da política educacional atual é a criação de indicadores que permitam acompanhar os resultados da ação do poder público na manutenção das condições de oferta da escola. Tendo ciência dessa necessidade o projeto de pesquisa “Políticas Educacionais e Qualidade de Ensino: As relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no Estado do Paraná”/Observatório da Educação/CAPES, tem se dedicado a construir um instrumento capaz de auxiliar na avaliação da política educacional, através da construção de indicadores quantificáveis

O projeto objetiva relacionar financiamento e qualidade de ensino, buscando perceber as dimensões que permeiam a transposição do investimento em qualidade de ensino. As dimensões trabalhadas nesse estudo são: gestão, formação de professores, condições materiais e estruturais. A questão das condições materiais e estruturais (CME) da escola é objeto desse artigo, nessa dimensão a ação ou a ausência da ação do poder público pode ser mensurada de forma objetiva considerando a descrição dos ambientes escolares.

Estudos do efeito escola, como de Soares e Brooke (2008), tem mostrado que quando controlado o nível socioeconômico dos estudantes, considerado um dos elementos que impacta significativamente na aprendizagem dos alunos, existem outras dimensões que também colaboram para facilitar o processo de ensino/aprendizagem e conseqüentemente com a garantia do direito à educação. Entre os fatores apresentados como elementos significativos na busca da qualidade educacional, Reynolds e Teddlie (2008) destacam a liderança da direção, envolvimento do vice-diretor e de professores, entrosamento entre as diversas esferas da escola, aulas planejadas, boa comunicação entre docentes e discentes,

ambiente positivo, entre outros. O papel das condições materiais e estruturais da escola não é irrelevante e apresenta-se como bastante significativo, não só na questão da aprendizagem propriamente dita, mas das ações e atitudes dos alunos.

As descobertas mostraram que os resultados do aluno [...] tendiam a ser melhores quando as escolas forneciam condições agradáveis de estudo. [...] Manter a escola limpa, arrumada, bem pintada, decorada com quadros e plantas atraente e com mobília sempre em bom estado de conservação pareceu encorajar os alunos a respeitarem seu ambiente e a procederem mais adequadamente. Da mesma forma, o desempenho acadêmico foi melhor em escolas que propiciaram boas condições [...]. (RUTTER; et.al, 2008, p. 242).

As CME da escola não são centrais no processo ensino/aprendizagem, porque mesmo sem telhado, sem equipamentos eletrônicos é possível que uma criança aprenda. Entretanto, acredita-se que para garantir um mínimo de qualidade nas escolas, como definem a Constituição Federal e mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são necessárias CME em proporções adequadas. Além de ser um princípio constitucional a garantia de um padrão de qualidade (BRASIL, 1988, art. 206), é retomado na LDB 9394/96, em seu artigo 4º:

Art. 4º. O dever do Estado com a *educação escolar pública* será efetivado mediante a garantia de:
[...] XI- padrões mínimos de *qualidade de ensino* [...] (BRASIL, 1996, grifos nossos)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 8069/90) traz como um dos direitos da criança e do adolescente a garantia de uma educação em condições de igualdade, de forma a permitir seu pleno desenvolvimento, além disso, em seu artigo sétimo expõe que

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990, art. 7).

O desenvolvimento sadio e harmonioso de uma pessoa inclui diversos fatores, dentre eles, um ambiente saudável. Sendo a escola um dos locais onde a criança/adolescente passa boa parte do seu dia, é imprescindível que este espaço esteja de acordo com as necessidades dos alunos que ali se encontrem. . Nesse sentido, pensar as condições materiais e estruturais de uma escola significa respeitar os direitos e mesmo as peculiaridades daqueles que a freqüentam, além de colaborar com a questão da qualidade educacional.

A qualidade educacional é um tema bastante complexo nas discussões educacionais, ele é tomado como um conceito permeado de vários significados e em constante disputa, uma vez que sua concepção orienta as ações públicas. Para Nakano e Almeida há “[...] conflitos quando se trata de discutir qualidade da educação brasileira, pois por este campo percorrem valores e visões societais em disputa, carregados por aqueles que nele agem e sobre ele refletem.” (2007, p. 1092) A qualidade não é um conceito único, invariável, mas adquire diversos significados de acordo com a sociedade, o momento histórico que o define.

Nos últimos anos a discussão da qualidade ganhou força, especialmente após a ampliação do acesso a escola obrigatória e a realização de avaliações em larga escala, que demonstraram o atraso de diversos alunos em relação aos conhecimentos que deveriam ter adquirido em determinada série nas áreas de português e matemática.

Muitas vezes o resultado da prova estandarizada realizada pelo aluno é vista como o resultado da qualidade ou da falta dela. Casassus (2007) faz um alerta a essa questão afirmando que os pontos obtidos pelos alunos nas provas não mostram a qualidade, afinal as avaliações estandarizadas são apenas um instrumento com características próprias que só avaliam uma determinada forma de raciocínio do educando, que é necessário, mas não é única e não reflete a qualidade educacional ou a sua inexistência.

Porém, não se pode negar que as avaliações são indicativas, elas trazem elementos que ajudam a pensar e a repensar a questão do processo de ensino/aprendizagem. Além disso, pode-se dizer que elas trouxeram à tona a discussão da questão da qualidade para além do âmbito da escola.

É bastante grande a tensão existente entre os diversos conceitos que a palavra qualidade pode assumir: ora entendida apenas como eficiência, ora como preparação para o mercado de trabalho, ora como formação humana e social, entre outros. Nesse sentido, parece imprescindível explicitar de qual deles se está tratando, afinal falar de qualidade não é falar de um aspecto apenas técnico da educação, mas é falar também de sua essência, de seu significado.

Neste trabalho o conceito de qualidade é definido dentro de um conceito mais amplo entendido como aquele capaz de formar o educando individual e socialmente, como explicita Paro. A formação individual refere-se “[...] ao provimento do saber necessário ao auto-desenvolvimento do educando, [...] trata-se de educar para o *viver bem*”. E a formação social está ligada com a “[...] formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, [...] adequada à realização do *viver bem de todos*”. (PARO, 2000, p. 24, grifos no original).

A qualidade pensada dessa maneira relaciona-se com a garantia do direito à educação e estende-se por toda a formação do indivíduo, não sendo facilmente medida, afinal transcende a aprendizagem de conteúdos e vai se desenvolvendo no decorrer do processo formativo. Assim, opta-se por trabalhar com a idéia de condições de qualidade, uma vez que se quer perceber a ação do poder público e os elementos escolares que colaboram com a consolidação da qualidade educacional, ou seja, dessa formação humana e social.

As condições de qualidade nesse estudo são entendidas como aquelas dimensões que podem colaborar/facilitar a aprendizagem. Optou-se aqui por trabalhar apenas a dimensão das condições materiais e estruturais da escola, objetivando criar um índice de CME da escola que possa colaborar na avaliação de políticas e no conhecimento sobre a realidade das escolas no que se refere a essas condições.

1- A metodologia do trabalho

As avaliações em larga escala realizadas no Brasil têm possibilitado a disponibilidade de um grande número de dados estatísticos educacionais que trazem informações referentes às escolas brasileiras. Porém, tais dados quando não convertidos em indicadores sociais são de difícil interpretação no debate sobre a política educacional. O trabalho em questão busca discutir a transformação dos dados em indicadores, por meio da criação de um índice de CME.

A fonte de dados utilizada no trabalho é o questionário contextual sobre as escolas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) - 2003; este questionário é respondido pelo aplicador da prova, que foi treinado para observar os quesitos. Nesse instrumento existem 70 questões que tratam especificamente dos espaços/ambientes, segurança, depreciação, equipamentos e materiais disponíveis, além de 16 perguntas que possibilitam identificar a escola.

Para fins da criação do índice selecionaram-se 40 questões que se referiam especificamente as condições físicas da escola, ou seja, aquilo que a escola possui e que é mantido pelo poder público a fim de garantir o direito da criança à educação. A partir dessas perguntas foi possível criar sete grupos de variáveis que vão representar as condições materiais e estruturais, nos critérios deste estudo, são elas:

1- Estado de conservação das condições físicas (Estado de conservação do Telhado, Paredes, Piso, Portas, Janelas, Banheiros, Cozinha, Instalações Hidráulicas e Elétricas);

2-Iluminação e Ventilação (As salas de aula são Iluminadas, Arejadas? Existe uma boa iluminação do lado de fora da escola?);

3-Limpeza da escola (Limpeza da Entrada do prédio, Paredes, Portas, Janelas, Pátio, Corredores, Salas de Aula, Banheiros, Cozinha);

4- Existência de Computadores e Internet (existência de: Computadores na escola, de Computador para uso dos alunos, professores, exclusivo administrativo, Computador com acesso a internet para uso dos alunos, professores);

5- Conservação dos Equipamentos Eletrônicos (Conservação: da televisão, da antena parabólica, do vídeo cassete, das máquinas foto copiadoras, do projetor de slides, do retroprojetor, da impressora, do aparelho de som);

6- Conservação do Material Pedagógico (Conservação: dos livros de estudo, dos livros de literatura, das revistas de informação geral, dos jornais, de revistas em quadrinhos);

7- Avaliação do estado da escola pelo respondente (Como avalia esta escola, considerando: as infra-estrutura e condições gerais, as dependências externas?).

As variáveis utilizadas, por sua vez, foram transformadas a fim de poder compor uma taxa. A transformação ocorreu da seguinte forma: as variáveis do SAEB possuíam uma identificação que variava entre 1 a 4, sendo possível variações binárias para alguns itens (1 e 2), sendo que a melhor condição da escola era representada pelo valor 1 e a pior e/ou inexistente pelo valor 4. Nos casos de variação binária o 1 representava a existência de algo (sim) e o valor 2 a inexistência (não). Optou-se por uma escala de zero a um (0-1), sendo zero a inexistência do quesito e um a melhor existência do quesito.

Tomam-se esses seteⁱ conjuntos de itens como variáveis dependentes, estes foram analisadas a partir de 4 variáveis independentes: Região Metropolitana (pertence ou não a essa região), Tamanho do Município (maior ou igual a duzentos mil habitantes, menor que duzentos mil habitantes), Localização da escola (urbana ou rural), Dependência Administrativa (estadual ou municipal). Realizou-se a apreciação das condições materiais e estruturais da escola, buscando compreender as sete variáveis conjuntamente com base nas variáveis independentes em cada uma das séries avaliadas pelo SAEB: 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental (EF) e 3ª série do Ensino Médio (EM) nas escolas paranaenses.

Também se cotejaram as variáveis com relação à proficiência; utilizou-se organização das proficiências em quartis, privilegiando o primeiro e o último, ou seja, os 25% melhores e os 25% piores desempenho dos alunos, a fim de verificar a existência (ou não) de alguma relação entre as variáveis e as notas dos discentes. É importante frisar que se trabalhou com a proficiência média das escolas nas duas matérias juntas, ou seja, foi feito um agrupamento das notas das duas disciplinas por escolas e destas foi realizada uma média.

O índice de condições materiais foi então composto pelos sete grupos de variáveis denominadas como taxa total para: estado de conservação da escola, iluminação e ventilação das escolas, limpeza da escola, existência de computadores e internet, conservação dos equipamentos eletrônicos, conservação do material pedagógico, avaliação do estado da escola pelo respondente.

O índice foi combinado pela ponderação nos conjuntos das variáveis, sem ponderação nos itens individualmente da sua composição. Essa ponderação foi feita utilizando tanto a literatura, quanto o método estatístico denominado correlação de Pearson como parâmetros; importante frisar que a correlação de Pearson foi feita a partir dos dados do SAEB nacional.

As correlações encontradas, para cada série, foram às seguintes:

Séries	Conservação Material Pedagógico	Conservação Equip. Eletrônicos	Existência de computador e internet	Avaliação da escola	Limpeza da escola	Iluminação e Ventilação	Condições físicas da escola
4ª série	,237**	,312**	,247**	,185**	,175**	,138**	,136**
8ª série	,241**	,315**	,227**	,198**	,190**	,194**	,180**
3º ano	,254**	,347**	,325**	,181**	212**	237**	,155**

** dois níveis de significância

QUADRO 1 - CORRELAÇÃO DE PEARSON ENTRE A PROFICIÊNCIA MÉDIA DOS ALUNOS E AS CME SAEB 2003 – BRASIL

Fonte: SAEB (2003), dados trabalhados por Gabriela Schneider

Observa-se que em todas as séries as correlações encontradas entre as taxas e o CME são positivas, o que indica que a direção das variáveis é a mesma, o que é estatisticamente necessário. Apesar das correlações terem sido baixas, elas são significativas.

Nas três séries a maior correlação foi obtida pela variável conservação dos equipamentos eletrônicos, sendo seguido pela conservação do material pedagógico e existência de computadores e internet. Com base nas correlações acima descritas estabeleceram-se os seguintes valores para as ponderações das variáveis: taxa para o estado de conservação da escola (1); taxa para iluminação e ventilação das escolas (1); taxa para limpeza das escolas (1); taxa pra existência de computadores e internet (2); taxa para conservação dos equipamentos eletrônicos (3); taxa para conservação do material pedagógico (2); taxa para a avaliação da escola pelo respondente (1).

A partir dessa ponderação realizou-se a composição do índice através da média. Esse índice também foi analisado à luz das variáveis independentes já citadas (Região Metropolitana, tamanho do município, localização, dependência administrativa) e com as 25%

melhores e piores proficiênciasⁱⁱ, a fim de perceber se o índice era representativo das variáveis individualmente.

2- Os resultados encontrados:

A seguir apresentam-se as análises das escolas paranaenses por série, inicialmente com cada variável que compõe o índice e posteriormente a análise do próprio índice.

O primeiro grupo de variáveis refere-se às condições de conservação do material pedagógico, no caso da 4ª série, as escolas da região metropolitana (RM) possuem média mais elevada (0,71) do que as que estão fora dessa região (0,70) e essas são mais heterogêneas.

No que se refere à dependência administrativa da escola (estadual ou municipal), as escolas da rede municipais são mais heterogêneas que as da rede estadual, sendo a média desta última um pouco mais elevada: 0,83 pontos contra 0,72 das municipais. As escolas municipais apresentam mais escolas com valores abaixo da média, inclusive apresentando o valor mínimo zero (0) da variável, que representa a inexistência de qualquer material pedagógico. Pode-se pensar que essas escolas com valores muito baixos podem ser da zona rural, afinal, em geral, as instituições localizadas nesses lugares apresentam condições mais precárias que as da zona urbana, ainda que algumas dessas também o sejam, porém com menos frequência.

Essa desigualdade entre a zona rural e urbana pode ser vista claramente quando se compara a taxa de conservação do material pedagógico nesses dois locais. Enquanto as escolas urbanas apresentam uma média de 0,80 para a conservação do material pedagógico, as escolas rurais estão em 0,47. No que diz respeito ao tamanho do município percebe-se que os municípios maiores, têm uma melhor conservação do material pedagógico, afinal apresentam uma média bastante elevada (0,85) em comparação com a dos municípios menores (0,70).

No caso da 8ª série, a taxa de conservação do material pedagógico em escolas localizadas na RM tem a média um pouco mais elevada (0,78) contra 0,75 das que não dessa região, sendo ainda um pouco mais homogêneas. No que diz respeito à comparação da variável em questão com a dependência administrativa, percebe-se que as escolas da rede municipal são mais homogêneas, contudo as primeiras apresentam a média mais baixa (0,75) e, a estadual média de 0,78.

Ao contrário do que acontece na 4ª série, quando da comparação da variável com o tamanho do município, na 8ª série as instituições dos municípios menores é que tem a média mais elevada (0,78 contra 0,76 dos municípios maiores). Além disso, pode-se dizer que, em

geral, as escolas da 4ª-série têm maiores valores para a taxa de conservação do material pedagógico que as da 8ª-série.

No caso do 3º ano do ensino médio, quando analisadas em comparação com o pertencimento ou não a RM, verifica-se que as escolas que estão nessa região possuem média mais elevada (0,87) do que as fora dela (0,77). Quando se compara o tamanho do município com a taxa de conservação do material pedagógico analisa-se que as cidades maiores, ou seja, que possuem população igual ou superior a 200 mil habitantes, possuem uma média mais elevada (0,89) que a dos municípios menores (0,73).

O segundo grupo de variáveis, existência de Computadores e Internet, considerando a 4ª série em relação ao tamanho do município, as escolas situadas em cidades com mais de duzentos mil habitantes são mais homogêneas que as cidades menores, além disso, as escolas localizadas nos municípios maiores apresentam média mais elevada (0,66) que dos municípios menores (0,60). Quando considerado a localização da escola, urbana ou rural, observa-se que as instituições situadas na zona rural têm a concentração média (0,69) das suas escolas bem abaixo das da zona urbana (0,75).

Quando se analisa a variável em questão comparando se as escolas se situam ou não na RM, percebe-se que as escolas que estão fora da RM possuem média mais elevada (0,63) que as não localizadas nessa região (0,62). Em relação à dependência administrativa que se localizam as escolas da 4ª série a rede estadual apresenta melhores médias para a variável em questão.

No caso da 8ª série, ao contrário do que acontece com as escolas da 4ª-série, não se percebe diferença das escolas em relação ao tamanho do município, o que demonstra a maior homogeneidade entre os municípios nessa série. Também é conveniente ressaltar que a média das escolas localizadas nos municípios maiores da 4ª-série é maior que as da 8ª.

Em relação à existência de computadores e internet nas escolas que estão ou não na RM pode-se perceber que as escolas da 8ª série que se localizam nessa região, apresentam uma grande dispersão e as escolas da RM possuem melhores médias, assim como as escolas da rede estadual (0,62 na rede estadual e 0,57 na rede municipal). Ao comparar as escolas de 4ª e 8ª séries verifica-se que as escolas que não estão na RM são melhores na 4ª série e já as escolas da RM são mais bem equipadas no que diz respeito a computadores e internet na 8ª série, apesar dessas serem mais heterogêneas que as da 4ª.

No 3º ano percebe-se nitidamente que em relação ao tamanho do município que as escolas localizadas nos municípios maiores são mais bem equipadas que as em municípios

com menos de 200 mil habitantes. As escolas que estão na RM possuem média bem mais elevada que as que estão fora dessa região, sendo a média de 0,93 na RM e 0,81 fora dela.

O terceiro grupo de variáveis é de conservação dos equipamentos eletrônicos. Quando se observa a relação dos equipamentos eletrônicos e a dependência administrativa das escolas da 4ª série, se vê claramente que as escolas estaduais têm melhores condições para os equipamentos eletrônicos do que as escolas da rede municipal. Da mesma forma as escolas que se localizam na RM apresentam melhores condições de conservação. Em relação à variável local (urbana e rural) percebe-se a situação bem inferior das escolas rurais, uma vez que nem a escola com maior pontuação nesse local consegue alcançar à média das escolas urbanas (0,64). A média das escolas rurais está em 0,39.

Em relação há conservação dos equipamentos eletrônicos constata-se que os municípios maiores novamente apresentam melhores condições de conservação, além de homogeneidade.

Na 8ª série, no que se refere à dependência administrativa da escola, percebe-se fenômeno contrário ao que ocorria na 4ª série onde as escolas municipais possuíam média mais baixa que a rede estadual. Na 8ª série a média das escolas de 8ª série são maiores que as de 4ª série em ambas. A rede estadual tem média 0,82 e a rede municipal 0,85.

Em relação à localização da escola, se está ou não na RM, percebe-se que as escolas que estão nessa região apresentam melhores condições de conservação dos equipamentos eletrônicos, haja vista que a média (0,90) é bem maior que a das escolas que estão fora dessa região (0,79). Quando se considera o tamanho do município, o que se observa é que os municípios menores apresentam condições inferiores com média de 0,79, enquanto os dos municípios maiores têm média de 0,85.

Quando se analisa as escolas do 3º ano do EM no que se refere ao item cotejado com o pertencimento ou não a RM, percebe-se que as escolas dessa região possuem melhores condições de conservação dos equipamentos eletrônicos. A média das escolas da RM é de 0,85 e as que não são dessa região é de 0,80. Além disso, as condições das escolas da RM são bem melhores no terceiro ano que na 4ª e 8ª série.

Em relação às condições de iluminação e ventilação da escola, quarto grupo de variáveis, considerando dependência administrativa da escola, pode-se dizer que as redes são bem parecidas, e possuem médias elevadas, atingindo 0,85 na rede municipal e 0,84 na estadual. Em relação ao tamanho da cidade, percebe-se também semelhança entre as escolas das cidades, ambas apresentam as boas condições com média de 0,84. Neste caso a localização das escolas na zona urbana e rural não interfere na média.

No que diz respeito as escolas da 8ª série no cotejamento da taxa de iluminação e ventilação das escolas com a dependência administrativa, com o tamanho da cidade e se a escola faz parte ou não da RM, percebe-se que as escolas fora da RM, dos municípios menores e da rede estadual são as que possuem melhores médias. É interessante dizer que nenhuma escola apresenta o valor mínimo (0) para a variável em questão.

Nas escolas de terceiro ano do EM observa-se que as escolas da RM são escolas com ótimas condições para iluminação e ventilação. As escolas que não estão na RM são bastante heterogêneas. As escolas localizadas nos municípios menores possuem maiores médias que as dos maiores, fenômeno semelhante a 8ª série, mas que difere da análise das demais variáveis.

O quinto grupo de variáveis, condições físicas da escola, quando controlado pela localização da escola apresenta algo diferente do que aconteceu nas demais variáveis, pois as escolas da zona rural no que se refere às condições físicas apresentam uma média mais alta (0,96) do que as instituições urbanas (0,92).

Ao olhar a variável com o tamanho do município vê-se que as escolas das cidades maiores possuem média maior para o item. Ainda se tratando da 4ª série, as escolas municipais apresentam mais escolas com melhores condições físicas da escola, ao mesmo tempo estas apresentam mais heterogeneidade que as escolas estaduais. E, finalmente, as escolas que estão ou não situadas na RM demonstra que as instituições de ensino da 4ª-série localizadas na Região Metropolitana (RM) tem melhores CME.

Na 8ª série observando a relação entre as condições físicas e se a escola está ou não na Região Metropolitana, percebe-se que as escolas que não são dessa região apresentam uma concentração média (0,89) de suas escolas, muito mais elevada que as da região metropolitana (0,78). No que se refere ao tamanho dos municípios vê-se as cidade menores com a média bem mais elevada (0,88) que as cidades maiores (0,83). Vê-se, portanto, que as escolas da 8ª série em relação ao tamanho do município são bem mais desiguais que as escolas da 4ª série. Quando se olha à relação entre as escolas estaduais e municipais, percebe-se que a média das escolas municipais é bem mais elevada (0,89) que as da rede estadual (0,80).

No que se refere às escolas do 3º ano, as escolas que não são de RM apresentam melhores condições físicas, afinal apresentam média (0,83) um pouco maior que a da RM (0,80). Ao contrário do que aconteceu na 8ª série, no 3º ano as escolas situadas nos municípios com mais de 200 mil habitantes tem melhores condições físicas, haja vista que sua média (0,83) é um pouco mais alta que nas cidades menores (0,79), ao mesmo tempo em que nos municípios maiores há uma concentração maior de escolas que tem as melhores condições físicas, pois alcança o valor máximo da variável (1).

No sexto grupo, limpeza da escola, no caso da 4ª série percebe-se que as escolas que estão fora da RM apresentam melhores taxas de limpeza do que as localizadas na RM. As escolas da RM apresentam-se como mais heterogêneas e possuem média mais baixa que as escolas que não estão situadas nessa região. No que se refere à limpeza por tamanho do município vê-se que os municípios maiores possuem melhores condições de higiene, também nesta questão as escolas rurais são mais precárias que as urbanas.

No que se refere à limpeza das escolas com base na rede a qual faz parte a escola observa-se que tanto a rede estadual como a municipal, apresentam, em geral, uma boa condição para a limpeza, afinal somam o valor máximo para o item analisado.

Na 8ª série o que se percebe com relação à limpeza das escolas é que aquelas que estão fora da RM apresentam melhores condições de limpeza e são mais homogêneas, com média em 0,85, enquanto as que estão fora apresentam média 1.

No que diz respeito à dependência administrativa, observa-se uma similitude entre as condições de limpeza das escolas, a média de ambas as redes é de 0,86. Quando se refere ao tamanho do município os municípios maiores apresentam a média um pouco mais elevada que os municípios menores.

Em relação à taxa de limpeza nas escolas do 3º do EM vê-se que tanto as escolas da RM, como as de fora apresentam boas condições, porém as que estão fora da RM são bem mais homogêneas e apresentam média mais elevada (0,88) que as da RM (0,82). No que se refere ao tamanho do município, pode-se dizer que os municípios maiores apresentam melhores taxas de limpeza do que os municípios menores.

O sétimo subgrupo, a avaliação da escola pelo respondente, no caso da 4ª série apresentou-se melhor na rede municipal, pois apesar de maior heterogeneidade entre suas escolas, ela possui a média um pouco mais elevada (0,72) que a rede estadual (0,71). Percebe-se também que as escolas que estão fora da RM são mais bem avaliadas.

Em relação ao tamanho do município, a avaliação das escolas localizadas nas cidades maiores é melhor (0,95) do que as dos municípios menores (0,90). Isto condiz com o conjunto das análises, afinal dos 7 itens avaliados, em 5 os municípios maiores, em geral, apresentam melhores condições que os menores e nos outros 2 as condições são muito semelhantes. Sobre a zona que se localiza as instituições, a rede urbana tem uma avaliação melhor, o que parece bastante prudente frente às análises comparativas desses dois locais (urbano e rural).

Na 8ª série, as escolas estaduais são mais bem avaliadas do que as municipais, o que condiz com o conjunto geral das análises, pois apenas em dois itens as escolas municipais se destacam das estaduais e em dois elas são muito semelhantes. Em relação ao tamanho do

município o que se observa no conjunto geral é que dos sete itens avaliados, em três os municípios maiores se destacam um pouco mais e em três as condições são muito parecidas. A avaliação das escolas mostrou, porém que as escolas dos municípios menores alcançam média um pouco mais elevada que dos municípios menores.

Sobre a região que pertence à escola, se é ou não da RM, as escolas que não são dessa região apresentam avaliações melhores, a sua média é de 0,75 contra 0,60 da RM, além de atingir melhores notas e sua dispersão ser menor, ou seja, a avaliação ser mais homogênea. No conjunto geral das análises, as escolas da RM se destacam em 4 itens, enquanto as que não são em 2 e 1 itens são semelhantes.

A avaliação das escolas do 3º ano, no que se refere à região, mostra que as escolas da RM são bem melhor avaliadas do que as que não estão nessa região, Em ambas as regiões há poucas instituições avaliadas com o valor máximo (1) e nenhuma com o valor mínimo (0). O conjunto geral das variáveis analisadas ajuda a compreender a melhor avaliação das escolas da RM, uma vez que em 6 dos sete itens avaliados, ela se encontra com condições melhores que as que não são dessa região. A avaliação por tamanho do município também vai ser confirmada ao olhar o conjunto de itens observado. Esta avaliação é mais favorável às escolas situadas nas cidades maiores e estas se destacam das cidades todas as variáveis avaliadas.

Finalmente quando se se analisa os sete itens conjuntamente de acordo com a série e as variáveis independentes, observa-se que:

No caso da 4ª série as escolas da RM são, em geral, mais homogêneas, assim como as escolas estaduais. Escolas rurais são mais heterogêneas, escolas urbanas mais homogêneas; as escolas urbanas têm melhores condições materiais da escola e as rurais as piores. Escolas urbanas possuem melhores médias que as escolas rurais. Municípios menores têm escolas mais heterogêneas, municípios maiores mais homogêneas; escolas dos municípios maiores possuem, no conjunto, melhores de condições materiais e os municípios menores apresentam as piores condições materiais.

No caso da 8ª série escolas RM e fora da RM são muito parecidas, no conjunto geral mais escolas que são da RM tem melhores condições materiais; escolas que não são da RM são as que têm piores condições materiais. As instituições estaduais são mais heterogêneas, escolas municipais mais homogêneas; escolas estaduais, no conjunto, têm as melhores e as piores condições materiais das escolas.

As escolas situadas nos municípios maiores são mais heterogêneas, já a dos municípios menores são mais homogêneas; escolas dos municípios maiores possuem, no conjunto, as melhores e as piores CM.

No caso das escolas de 3º ano, aquelas da RM e fora dela RM são muito parecidas em termos de homogeneidade e heterogeneidade; no conjunto geral mais escolas que são da RM tem maior pontuação no que se refere às CME; escolas que não são da RM são as que têm piores condições materiais.

As instituições escolares localizadas nos municípios menores têm escolas mais heterogêneas, municípios maiores mais homogêneas; escolas dos municípios maiores possuem, no conjunto, melhores CM; Escolas dos municípios menores, no geral, são as que apresentam piores CM; escolas situadas nos municípios maiores apresentam, em geral, melhores médias.

3- O Índice de Condições Materiais da Escola (ICME):

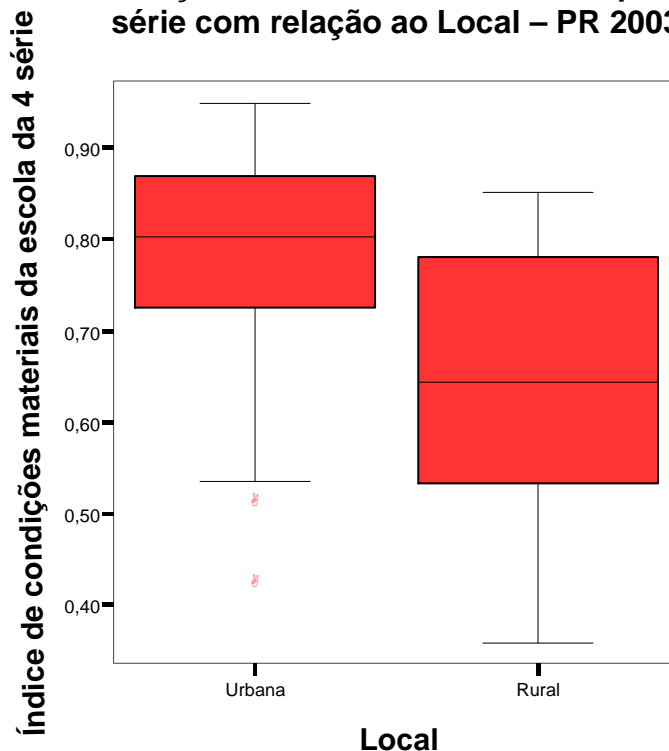
Apresenta-se a seguir a análise do índice de condições materiais da escola por série segundo as variáveis independentes: região metropolitana, tamanho do município, local (urbana ou rural) e dependência administrativa. Importante frisar que as análises dos sete índices, em geral, condisseram com a análise do índice.

Aplicando o ICME aos estabelecimentos de 4ª série segundo o critério pertencer ou não à Região Metropolitana (RM), observa-se que as escolas localizadas fora da RM são mais heterogêneas, com destaque para o fato de que se encontram resultados nos extremos (piores e melhores CME); ainda que as diferenças entre as médias, no geral, sejam pequenas.

No que se diz respeito à dependência administrativa, a heterogeneidade se apresenta novamente, com mais força, no caso das instituições municipais, com forte presença das notas em um dos extremos.

Analisando as escolas por localização, percebe-se que são as instituições localizadas na zona urbana as mais parecidas entre si, além de serem as que apresentam as melhores CME, gráfico 1. Já as escolas localizadas na zona rural são as mais precárias em relação aos critérios estabelecidos, além de mais disparens entre si.

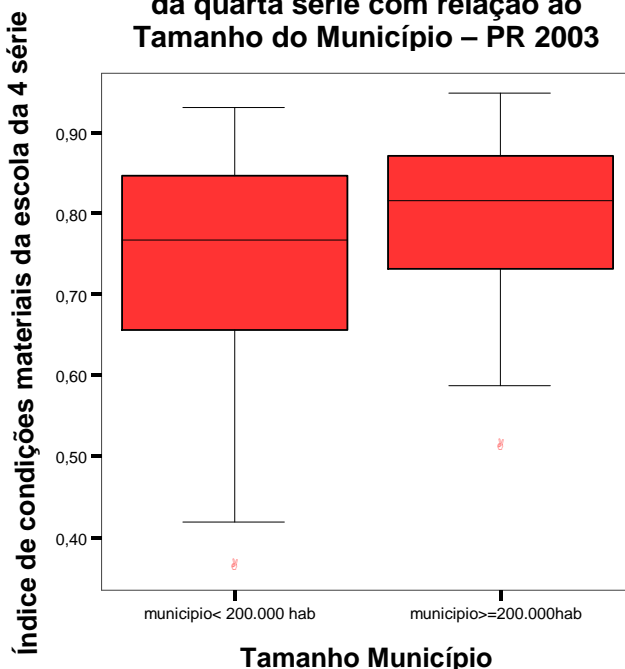
Gráfico 1 – Distribuição do Índice das condições materiais da escola da quarta série com relação ao Local – PR 2003



Fonte:INEPMEC SAEB 2003 (dados trabalhados pela autora)

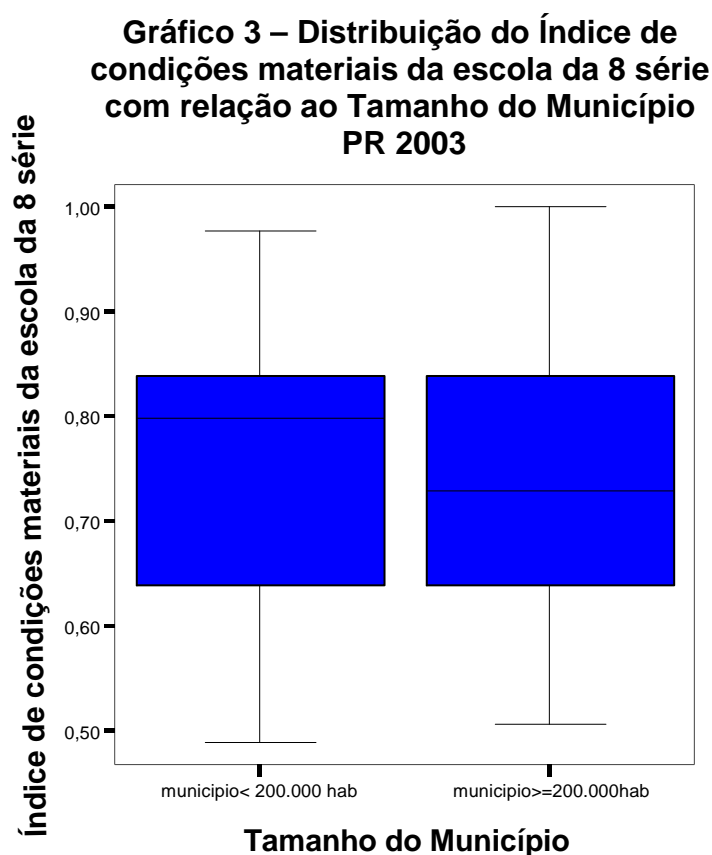
Por fim, pode-se dizer que instituições situadas em municípios maiores são as que apresentam CME mais parecidas entre si e as que alcançam as condições mais adequadas. Apesar de a nota de grande parte das escolas sejam em ambos os casos (municípios menores e maiores) muito semelhantes, escolas de municípios menores são as que apresentam as condições mais precárias, além de serem as mais heterogêneas entre si.

Gráfico 2 – Distribuição do Índice das condições materiais da escola da quarta série com relação ao Tamanho do Município – PR 2003



Diante de tal descrição é possível afirmar que, para as escolas de 4^a-série as variáveis RM e dependência administrativa não são bons indicadores explicativos para as CME da escola. A variável localização e tamanho do município são indicadores melhores neste caso. Importante frisar também que analisando os 7 itens, através de uma média, observa-se que nenhuma escola alcança a pontuação máxima (1), as escolas apresentam pontuação variando entre 0,36 e 0,95, com média geral de 0,77.

Na 8^a série o ICME para as escolas que são da RM apresentam os melhores resultados, ou seja, maior média. Já em relação à dependência administrativa, são as escolas estaduais as mais diversificadas entre si, tendo destaque a presença de notas extremas para as condições materiais. Em relação ao tamanho do município em que estão localizadas as instituições, percebe-se que são as escolas dos municípios menores as que apresentam as piores condições materiais da escola, enquanto os municípios maiores apresentam as melhores, apesar de possuírem menor média, como evidenciado no gráfico 3.

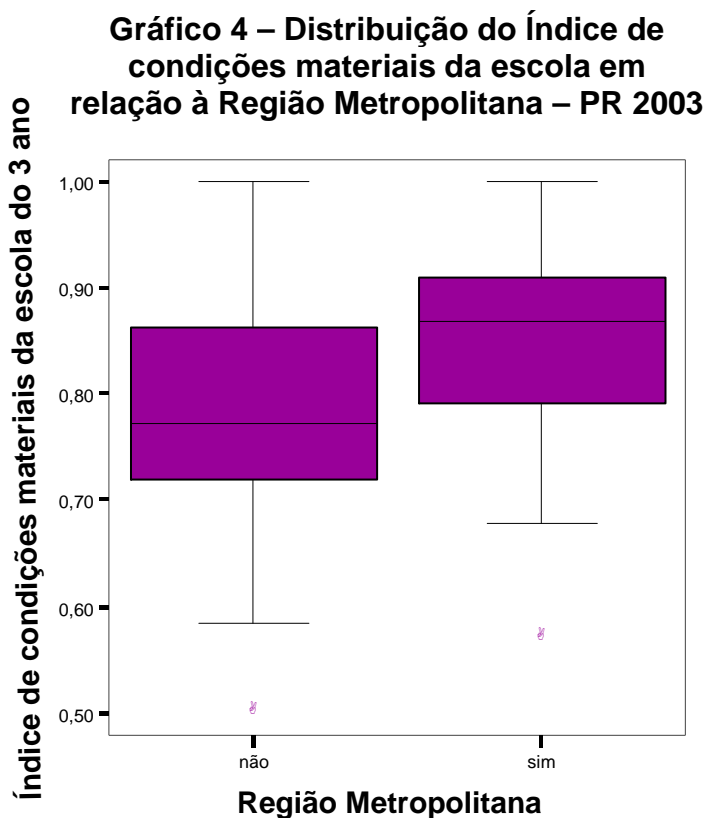


Fonte: INEP/MEC Saeb 2003 (dados trabalhados pela autora)

A amostra da 8^a série no Paraná é composta por 47 escolas, não houve nenhum caso de escola rural, como também ocorreu com o 3^o ano. Aqui se evidencia que o tamanho do município é um indicador explicativo das diferenças nas condições da escola. A rede e o

pertencimento a RM não se apresentaram como bons indicadores para explicar as diferenças entre as escolas.

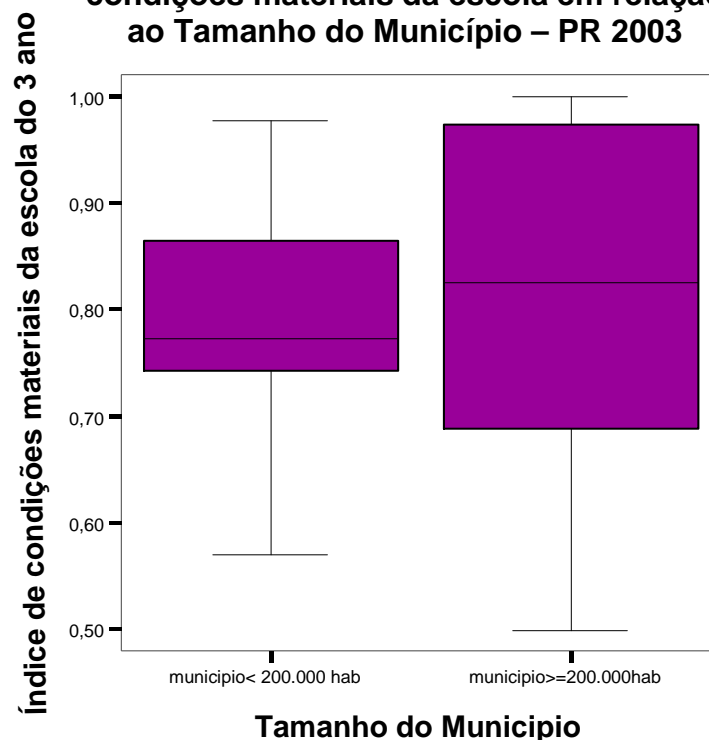
Ao se observar as instituições que estão ou não na RM, vê-se que as escolas que estão fora da RM apresentam as piores condições materiais da escola, como indica o gráfico 4. As escolas da RM, em sua maioria, possuem melhores condições materiais da escola, apesar de que algumas escolas que estão fora da RM também alcançarem o extremo máximo.



Fonte: INEP/MEC Saeb 2003 (dados trabalhados pela autora)

As escolas de terceiro ano situadas em municípios maiores são as que apresentam maior heterogeneidade, com força nos dois extremos (máximo e mínimo), conforme mostra o gráfico 8:

Gráfico 8 – Distribuição do Índice de condições materiais da escola em relação ao Tamanho do Município – PR 2003



Fonte: INEP/MEC Saeb 2003 (dados trabalhados pela autora)

Quando se faz a análise do ICME com as 25% maiores e as 25% menores proficiências dos alunos no SAEB, o fenômeno que se percebe em todos eles é: as 25% menores proficiências estão espalhadas entre os diversos valores dos itens, ou seja não há uma linearidade, existem notas ruins com valores muito baixos e altos do índice, bem como notas boas. Entretanto, as 25% maiores proficiências estão nas escolas com as melhores condições materiais. Tal fator aponta uma tendência, pois apesar de se ter proficiências altas em escolas com baixos pontos nos itens, as melhores notas estão em escolas com boas pontuações no que se refere às CME.

Frente a estes resultados considera-se que o índice tem potencial interessante como instrumento de análise das condições de qualidade na escola no que se refere às condições materiais dos estabelecimentos de ensino. O desafio a ser enfrentado a partir desta descrição será a sua utilização como critério para avaliação da política educacional, tarefa esta para a continuidade da pesquisa na área.

ⁱ Um primeiro teste incluía o item equipamentos de segurança (Existem Muros, Grades ou Cercas em condições de garantir segurança? Existe controle de entrada e saída de alunos? Existe controle de pessoas estranhas na escola? Existe algum tipo de vigilância para o período diurno? Existe algum tipo de vigilância para o período noturno? Existe algum tipo de vigilância para os finais de semana e feriados? A escola tem algum sistema de proteção contra incêndio? As salas onde são guardados os equipamentos mais caros têm dispositivo de segurança?), entretanto isto foi retirado considerando que esta é uma questão muito diferente entre a zona urbana e rural, e que enviesava a avaliação das condições das escolas rurais.

ⁱⁱ A proficiência foi trabalhada a partir da média entre as notas de português e matemática. Tem-se clareza que a escala de matemática inicia em um valor mais elevado que a de português e que a média, da maneira como foi feita, subestima as notas de matemática, porém, como o objetivo não é analisar especificamente o desempenho, mas sim os elementos que interferem neste.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: DF, 13 de jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05/07/08.

_____. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, dez. 1996.

BOTTANI, N. Ilusão ou ingenuidade? Indicadores de ensino e políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 65, p. 32-46, dez, 1998.

BROOKE, N. SOARES, J. F (orgs). **Pesquisa em eficácia escolar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASASSUS, J. El precio de la evaluación estandarizada: la perdida de calidad y la segmentación social. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 71-80, jan/abr, 2007.

FIGUEIREDO, M. F; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: Um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, n. 1 (3), p. 107-127, 1986.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: Conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

NAKANO, M.; ALMEIDA, E. de. Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100-especial, p. 1085-1104, out. 2007.

OLIVEIRA, J. F. de. O custo-aluno anual em escolas públicas de qualidade no Estado de Goiás. In: FARENZENA, N. (org.) **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas**: aportes de estudos regionais. Brasília: Inep/MEC, 2005, p. 51-70.

PARO, V.H. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**. Portugal, 13 (1), p. 23-38, 2000.

REYNOLDS, D; TEDDLIE. Os processos da eficácia escolar. In: BROOKE, N. SOARES, J. F (orgs). **Pesquisa em eficácia escolar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 297-328.

RUTTER, M. et. al. Resultados escolares. In: BROOKE, N. SOARES, J. F (orgs). **Pesquisa em eficácia escolar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 163-185.

SAEB. Brasília: INEP, 2003. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 26/08/08.